



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº , DE 2008
(Do senhor **José Carlos Vieira**)

Solicita ao Senhor Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, informações sobre a Consulta Pública realizada pelo Instituto Nacional de Metrologia (Inmetro), relativamente a decisão de certificar ou não os componentes das bicicletas para uso adulto.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50 da Constituição Federal e no art. 115, inciso I, do regimento Interno da Câmara, solicito de V. Exa. que seja encaminhado ao Senhor Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o seguinte pedido de informação:

1. Qual a razão de existir, desde 2002, uma norma da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), para componentes de bicicletas, baseada em regulamentação internacional com parâmetros mínimos de segurança, que é de adoção não obrigatória?
2. Quais as marcas que vem observando aquele padrão estabelecido?
3. É possível fornecer a esta Casa cópia de inteiro teor dos debates travados em torno do assunto?
4. Interessa ao Governo proteger e estimular os fabricantes nacionais ou a livre concorrência com produtos estrangeiros, neste caso, é salutar para a economia?
5. O ministério dos Esportes foi convidado a enviar representante para participar da aludida consulta pública?

JUSTIFICATIVA

O jornal “O Globo”, edição de 28, de maio do corrente, noticia a realização de Consulta Pública, em 27 de maio de 2008, no Rio de Janeiro, pelo Instituto Nacional de Metrologia (Inmetro), relativamente a decisão de certificar ou não os componentes das bicicletas para uso adulto, com a participação de representantes do Ministério das Cidades, da Secretaria Estadual de Transportes, de grupos de importadores e montadores e fabricantes de bicicletas para uso adulto.

Segundo a citada matéria “o grupo de importadores e montadores pedem uma certificação voluntária, enquanto os fabricantes defendem que esta seja compulsória, alinhados ao pensamento das entidades de defesa do consumidor.”

Diz, ainda, que os fabricantes relataram a existência de produtos inseguros e disseram que hoje cerca de 60% dos componentes são importados da China; que o IDEC fez levantamento mostrando números alarmantes de acidentes;



CÂMARA DOS DEPUTADOS

que entre 2005 e 2008 foram feitos 68 recalls de componentes de bicicletas na Europa; e que o Detran de São Paulo registrou , só em 2000, 13.254 acidentes com bicicletas, com lesões e mortes , sobretudo entre jovens com menos de 15 anos.

Eu estou consciente da importância da bicicleta na estratégia dos transportes do país, sobretudo para a massa trabalhadora e, também para a prática de esportes, tanto que sugeri a criação de um Programa Nacional de Fomento e Proteção ao Ciclismo – PNFPC, que teria dentre as suas medidas as seguintes:

- **Ciclovias e ciclo faixas:** construção, melhorias (sinalização, acessos) e integração modal por meio de estacionamento protegidos;
- **Bolsa bicicleta:** fornecer bicicletas para complementar o Pró-jovem Emprego e para o trabalhador e estudante com dificuldade de acesso ao sistema de transporte público (periferias e áreas não atendidas pelo transporte coletivo);
- **Educação para o trânsito:** formação de multiplicadores para orientar para orientar a utilização das ciclovias e ciclo faixas tanto pelos ciclistas, quanto pelos pedestres e outros motoristas, através das escolas, associações e meios de comunicação;
- **Incentivo ao uso saudável:** difusão de benefícios, trajetos, trilhas e locais para a prática do ciclismo urbano e rural, bem como, incentivo ao uso através dos meios de comunicação e da formação de grupos ciclísticos;
- **Isenção do IPI :** para bicicletas adquiridas por empresas para distribuição gratuita ou financiada, sem juros, aos seus empregados, para serem utilizadas como meio de transporte ao trabalho.

Sala das Sessões, em de de 2008.

Deputado **José Carlos Vieira**